

## **RETOMADA DO CRESCIMENTO – NO BRASIL E EM MINAS GERAIS – ALGUMAS PROPOSIÇÕES PRELIMINARES PARA DEBATE**

César Manoel de Medeiros<sup>1</sup>

### **NOTAS INTRODUTÓRIAS**

O tema do crescimento volta a se impor no Brasil e em Minas Gerais.

Este texto, intencionalmente provocativo, pretende apresentar uma agenda para o debate sobre as concretas possibilidades para o Brasil, e Minas Gerais em particular, aproveitar novas oportunidades para experimentar um novo ciclo de crescimento.

A experiência histórica extraída de vários países, inclusive do Brasil, revela que estão presentes determinados conjuntos de condições capazes de induzir ciclos de crescimento econômico.

O primeiro conjunto diz respeito ao oportuno aproveitamento de vantagens comparativas estáticas tais como a exploração de recursos naturais (minérios estratégicos, petróleo, etc.) e a adequada geração de vantagens comparativas dinâmicas (inovador sistema de financiamento dos investimentos; diferenciado aparato de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, etc.) capazes de estimular a expansão e a modernização da estrutura produtiva voltadas tanto para substituir importações, quanto para elevar exportações.

O segundo conjunto se refere ao surgimento de empresas preparadas para aproveitar oportunidades inerentes aos próprios ciclos de crescimento, contando, ou não, com estímulos governamentais no exercício de suas funções estruturantes na promoção do desenvolvimento, que podem se tornar grupos econômicos altamente competitivos no ambiente internacional, essas empresas se caracterizam pela criatividade, pela ousadia e pelas estratégias que implementam em cada período de crescimento dos seus negócios.

O terceiro conjunto compreende as ações governamentais possíveis, mas ainda ausentes do Brasil, voltadas para a promoção do desenvolvimento no sentido mais amplo: crescimento econômico acompanhado de redução de desigualdades sociais e regionais. Este terceiro conjunto realça a importância do aparato institucional enquanto capaz de

---

<sup>1</sup> Dir. FJP/CEES.

somar forças com as iniciativas do setor privado. Isto quer dizer que o mercado livre não é capaz, por si só, de otimizar o crescimento econômico potencial e, muito menos, de diminuir desigualdades e promover o bem-estar social.

O Brasil se encontra em um estágio privilegiado para combinar, simultaneamente, a exploração das condições de cada conjunto acima mencionado, e assim, ingressar em um novo ciclo de crescimento de ampla duração.

O Plano Real, depois de adotar o câmbio flexível e o regime de metas inflacionárias, reúne os fundamentos macroeconômicos básicos para um ambiente de estabilidade e para a correção de rumos quanto aos desequilíbrios das transações correntes e das contas públicas.

O País dispõe de vantagens comparativas estáticas na forma de recursos naturais e ambientais estratégicos para expandir fronteiras agrícolas, minerais e territoriais. Assim como obteve êxito com o aproveitamento de cerrados e desenvolve novos pólos agroindustriais nas regiões centro-oeste e no noroeste; bem como províncias minerais na região norte que se encontram em fase de consolidação; o Brasil reúne plenas condições para explorar novas regiões agrícolas e novos pólos minero-metalúrgicos fundamentais para produção de componentes de complexos industriais avançados (computadores, telecomunicações, etc.). Até mesmo no que tange ao petróleo e ao gás, são altamente promissoras as oportunidades para o País alcançar auto-suficiência diante apenas das reservas já conhecidas no centro-sul, no norte e no nordeste. Cabe também chamar a atenção para as enormes possibilidades de aumentarmos o volume de reservas minerais na medida em que forem priorizadas a pesquisa e a prospecção de vários indícios de existência de uma gama enorme de minerais importantes, já preliminarmente detectados em todo o território nacional. À guisa de ilustração, Minas Gerais, cujo nome já diz, o exemplo é sintomático: somente agora realiza pesquisa de campo na escala adequada para identificar, com maior precisão, as riquezas minerais em seus limites territoriais.

Por outro lado, no que diz respeito às vantagens comparativas dinâmicas, o Brasil terá que fazer enorme esforço para criá-las. Será necessário providenciar um novo padrão de financiamento de investimentos, o que exige reformas tributária, previdenciária e bancária; terá que expandir e, ao mesmo tempo, modernizar a infra-estrutura de rodovias, de ferrovias, de transporte fluvial, de portos, de energia, de telecomunicações, de saneamento básico e, ao mesmo tempo, reduzir rapidamente as desigualdades sociais

através de políticas de rendas, tais como: programas de renda mínima, programas de bolsa-escola, reforma agrária, projetos de moradia popular e de transportes de massas.

Estes enormes desafios podem se constituir, paradoxalmente, em inúmeras oportunidades de investimentos para o setor privado em sintonia, e parceria, com o setor público.

No que se refere ao comportamento empresarial, é importante ressaltar que, pós mais de 12 anos de abertura comercial e financeira, privatizações e concessões, as empresas brasileiras começam a abandonar uma postura defensiva adotada durante quase toda a década de 1990, partindo para uma atuação mais ousada. O intenso processo de ajustes tecnológicos e organizacionais, acompanhado de fusões e de aquisições, e mesmo de falências e de fechamento de empresas observados durante o período, começa a dar lugar, pós mudança do regime cambial, de 1999, à retomada de estratégias visando a maior participação no mercado interno. Em algumas corporações já se notam iniciativas objetivando maior presença no mercado externo.

É necessário chamar atenção, no entanto, que para atingir um novo ciclo de crescimento é imprescindível a estruturação de um moderno aparato institucional.

Recentes movimentos institucionais nos permitem acreditar em tais possibilidades.

Em primeiro lugar cabe salientar o comportamento dos Fundos de Pensão e de outros grandes investidores institucionais que vem aumentando sua presença na gestão de empresas das quais participam visando a não apenas obter índices de rentabilidade e estabelecer estratégias que as fortaleçam, no médio e no longo prazo.

Em segundo lugar, deve ser salientada a atuação, tanto das associações que representam os trabalhadores, quanto aquelas que representam o empresariado, as quais vem insistindo com o Governo para a criação de câmaras ou fóruns setoriais e intersetoriais, com objetivos amplos: programas de adensamento e enobrecimento de cadeias produtivas; projetos de investimentos setoriais; metas de sustentação e de expansão do nível de emprego; e programas de criação de novos pólos setoriais e regionais.

Em outras palavras: já é promissor, e pode ser ampliado, o diálogo entre o Governo, os trabalhadores e os empresários para entendimentos, anteriormente restritos a preços e salários.

Finalmente, algumas considerações, também introdutórias, sobre instituições públicas. Não se trata de minimizar os equívocos cometidos quanto ao desmonte do Estado

praticado nas duas últimas décadas, mas sim de enfatizar reais possibilidades de cumprimento de missões estratégicas pelas agências regulatórias recém instaladas ou em fase de montagem, pelos bancos oficiais reestruturados como conglomerados; e pelas instituições de planejamento que sobreviveram: IPEA, IBGE, CNPQ, entre outras.

Apenas para ilustrar: as agências regulatórias poderão, com vantagens, substituir o SPE – Setor Produtivo Estatal – na promoção do desenvolvimento, em particular organizando parcerias entre empresas, Fundos de Pensão e bancos.

No caso de Minas Gerais, ênfase será dada a alguns temas estratégicos para a recuperação econômica e institucional do Estado.

## **II – FORMAÇÃO DE POUPANÇA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL**

Várias correntes do pensamento econômico no Brasil acreditam que o País tem um baixo nível de formação e de acumulação de poupança interna, e que é necessário diminuir o consumo e/ou captar recursos externos para financiar investimentos. Os processos de abertura comercial, de privatização, de liberalização financeira são justificados neste contexto, ou seja, é necessário atrair investimentos e financiamentos externos, mesmo que gerem crescentes índices de desnacionalização e conseqüentes fluxos permanentes de saídas de divisas nas formas de remessa de lucros, de dividendos, de royalties e de juros.

Cabe indagar quanto à consistência dessa abordagem. Algumas evidências amplamente reconhecidas a colocam sob suspeita.

Como um país, com histórico processo de concentração da riqueza e da renda – onde cerca de 10% da população vem se apropriando, anualmente, de mais de 50% da renda, durante décadas e décadas; onde cerca de 30% da população se situa nos mais baixos níveis de pobreza, ou seja, não estão sequer incorporados ao mercado de consumo de bens essenciais, onde outros 40% da população conseguem apenas o suficiente para sobreviver com alguma dignidade; e onde somente 20% da população apresenta alguma propensão média a poupar – pode sacrificar seus níveis de consumo?

Isto quer dizer que o Brasil já vem constituindo níveis de poupança suficientes para financiar investimentos e obter um crescimento de 5% a 6% ao ano. Vale enfatizar que, diferentemente das décadas passadas, as quais exigiam investimentos de 30% do PIB

para crescer de 5 a 6% ao ano, hoje já é possível alcançar o mesmo desempenho com investimentos equivalentes a 25% do PIB, como resultado da diminuição de preços e da redução da divisibilidade técnica de máquinas e equipamentos.

Pesquisas sobre orçamento familiar revelam ser de 40% a propensão média a poupar dos 10% que se apropriam de 50% da renda nacional, o que lhes permite formar uma poupança de 20% da renda nacional a cada ano. Outros 5% a 6% de recursos podem ser obtidos através de rendimentos provenientes de efeitos – riqueza (aluguéis, juros, dividendos, etc) desta mesma classe de renda.

Ao acrescentarmos a retenção de lucros das empresas e outras fontes de recursos, podemos concluir que o Brasil, sem considerar os vazamentos de renda para o exterior, dispõe de alternativas internas para financiar a retomada de seu crescimento.

É necessário, isto sim, minimizar os vazamentos de poupança doméstica enviados para o exterior resultantes do crescimento dos compromissos com juros devido a expansão da dívida externa, do aumento das importações e da remessas de lucros devido a desnacionalização provocadas pelas privatizações e pelas aquisições, por multinacionais, de empresas privadas nacionais.

Portanto, em lugar de sacrificar o desenvolvimento social, diminuindo gastos públicos com saúde, educação, transportes coletivos, moradias e saneamento básico, e de impor juros altos para conter o consumo de bens essenciais e duráveis, o Brasil deve adotar rígidos controles sobre saídas de capitais, promover exportações e estimular substituições seletivas de importações.

Ademais, é necessário e urgente, explorar concretas possibilidades para a migração de prazos da poupança e da riqueza financeira acumuladas no Brasil, para a aplicação em fundos de investimentos de longo prazo, o que passa por um novo sistema tributário que estimule aplicações de longo prazo, e por uma nova postura dos Bancos oficiais (BACEN, do BB, do BNDES e da CEF). A permanente rolagem da dívida pública de curto prazo e o saldos dos agregados monetários revelam o enorme potencial para transformar prazos das aplicações financeiras de curto prazo em fundos de longo prazo como novas fontes para o financiamento de investimentos e da própria dívida pública no Brasil.

Em outras palavras: a questão fundamental é a criação de fontes de financiamentos para financiar a retomada dos investimentos e de um novo perfil da dívida pública sem

pressionar a inflação, sem depender significativamente de capitais externos e sem recorrer a qualquer esquema de confisco como no Governo Collor.

É preciso, no entanto, diminuir o prêmio à preferência pela liquidez, que tem sido altamente remunerada como consequência das necessidades de financiamento de curto prazo do setor público. Como a relação dívida pública / PIB no Brasil, em que pese ter crescido muito nos últimos anos, ainda não é elevada quando comparada a outros países. A mudança de seu perfil e o aumento da capacidade de pagamento do setor público são pré-requisitos para reduzir a taxa de juros, um dos principais obstáculos para a retomada do crescimento econômico.

Cabe, portanto, abandonar a abordagem nitidamente baseada nos princípios neoliberais, cujas proposições principais compreendem a liberalização financeira, a elevação das taxas de juros como estratégia para reduzir o consumo e aumentar a poupança privada.

*É preciso entender que o financiamento de investimentos não se efetiva apenas através da poupança constituída a priori, mas, principalmente, pela presença de fontes de financiamento cuja existência depende do funcionamento e da criatividade do sistema financeiro no cumprimento de suas funções no processo de promoção do desenvolvimento. Ou seja, o investimento depende da capacidade do sistema financeiro percorrer, continuamente, o circuito: Motivo Finanças (criação de fundos rotativos) – Investimento – Renda – Poupança – Consolidação financeira.*

O principal argumento desta corrente de pensamento é o de que o crescimento da poupança depende do crescimento da renda que, por sua vez depende do aumento do investimento, o qual, pode ser financiado pela combinação de poupança e de crédito-bancário.

### **III – O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO E UM NOVO PADRÃO DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO**

A configuração estrutural atual do sistema bancário brasileiro possibilita operacionalizar a requerida migração de prazos e a criação de fundos de investimentos de longo prazo.

A reforma bancária de 1964-1965 e, posteriormente, as mudanças institucionais e organizacionais provocadas pelo dinamismo do mercado financeiro, pelas medidas de política econômica e pela transformação da estrutura produtiva do País, estimularam

quatro tipos de movimentos que permitem visualizar a atual configuração estrutural do sistema financeiro nacional.

O primeiro movimento, acompanhado da primeira abertura para o sistema financeiro internacional, foi o da diversificação da intermediação financeira, que resultou na estruturação de mercados financeiros não-monetários.

O segundo movimento compreendeu o processo de concentração bancária – expansão vertical do sistema – inicialmente induzido pelo governo, que pretendia obter economias de escala, maior eficiência dos bancos, redução dos custos financeiros e barateamento do crédito, mas que logo se acelerou como resultado das próprias forças de mercado.

O terceiro movimento, o da conglomeração financeira – expansão horizontal do sistema – consolidou a concentração bancária e criou o ambiente para a estruturação do Banco Universal Contemporâneo, que possibilita a atuação das instituições financeiras em todos os segmentos do mercado financeiro (monetário e não-monetário). Este movimento, além de viabilizar o aproveitamento de sinergias entre as empresas financeiras do grupo, criou também um mercado financeiro nacional. A conglomeração passou a ser o caminho institucional de organização bancária requerida do ponto de vista concorrencial. Ao contrário, a não conglomeração significou redução da competitividade e resultou na marginalização de instituições bancárias no mercado financeiro de um modo geral.

O quarto movimento, simultâneo com os demais, foi o da expansão da intermediação financeira, resultando em forte elevação da faculdade emissora dos bancos comerciais, a qual já vem sendo utilizada, porém, timidamente, para viabilizar parcerias com empresas não-financeiras.

Ao atuarem em todos os segmentos dos mercados financeiros, monetários e não-monetários, os grandes conglomerados se qualificam, inclusive, para administrar planos de aposentadoria e de saúde, e para participar do mercado seguros e do mercado acionário. Estão aptos, portanto, para implantar carteiras de fomento para alongar prazos de financiamento e securitizar títulos de crédito. Dificilmente, no entanto, tomarão tal iniciativa enquanto puderem otimizar seus lucros através de aplicações de curto prazo.

Caberá ao governo coordenar as transformações necessárias.

Alguns caminhos, que privilegiam o aumento de competitividade do sistema financeiro com um todo, estão ao alcance do governo. Como não são excludentes, podem e devem ser perfeitamente acionados e combinados entre si.

O primeiro caminho diz respeito à necessária mudança de regras do BNDES no credenciamento de agentes financeiros – privados e públicos – para alocação de suas linhas de crédito com recursos para fiscais (FAT, PASEP, etc.). O BNDES deverá, gradualmente, diminuir os limites de repasses a no máximo 50%, o que é suficiente para a alavancagem dos seus agentes financeiros. Deve exigir, em contrapartida pelo credenciamento, que tais agentes financeiros complementem, nas mesmas condições, até o mínimo de 80%, o limite para cada operação de crédito. O novo procedimento justificará as reciprocidades que já cobram na forma de seguros, de compra de CDB e outras operações bancárias pelas empresas tomadoras de empréstimos. O resultado prático deste mecanismo será, certamente, uma gradual expansão de recursos adicionais para o financiamento de longo prazo.

O segundo caminho consiste na criação de fundos rotativos. Os bancos, através de saldos médios de depósitos e de aplicações em renda fixa, bem como de parcela das tarifas bancárias, dos *floats* e de *spreads* obtidas com a comercialização de operações bancárias das empresas (cobranças, descontos de duplicatas, ordens de pagamento, operações cambiais, recolhimentos de impostos, folhas de salários, seguros, etc.), poderão criar linhas de crédito a juros menores e prazos maiores.

O terceiro caminho é nítida tarefa do BACEN como emprestador de última instância. Dado o elevado nível de fidelidade entre clientes e bancos, que já atingem 80% nas instituições financeiras privadas e 90% nos bancos oficiais, o BACEN tem um enorme espaço para, seletivamente, diminuir depósitos compulsórios e estabelecer linhas de redescontos sem envolver maiores risco de fragilização para o sistema bancário com um todo.

O quarto caminho envolve convocar as entidades abertas e fechadas de previdência privada para atuarem de forma adicional, e em parceria com os bancos oficiais e privados. A alocação de seus recursos deverá respeitar, é claro, as indispensáveis avaliações atuariais.

O quinto caminho diz respeito a reforma tributária. Estímulos fiscais crescentes devem ser estipulados para aplicações em títulos públicos e privados de médio e longo prazos,



assim como impostos punitivos devem ser estabelecidos para aplicações de curto prazo. Em outras palavras: a preferência pela liquidez deve ser penalizada enquanto incentivos fiscais devem ser criados para aplicações de médio e de longo prazos.

Concluindo, a adoção cuidadosa e gradual destas proposições poderá, com certeza, contribuir para a consolidação de programas de estabilização e para a retomada dos investimentos e do crescimento, mas não dispensa a busca simultânea e permanente do equilíbrio fiscal e monetário.

O país poderá, estar, a partir deste momento, construindo um círculo virtuoso de um novo modelo de financiamento capaz, inclusive, de modificar o perfil da dívida pública. O diagrama, especialmente para os bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil, CEF e o BACEN) ilustra as possibilidades para o exercício de funções estruturantes (do crédito de longo prazo e participações de riscos) e de fomento (crédito de longo prazo). A participação de risco (ações, debêntures, partes beneficiárias, etc.) e, ao mesmo tempo, de linhas de crédito adequadas em termos de prazos e de encargos financeiros possibilitarão a alavancagem de setores motores e/ou estratégicos na introdução e na difusão de novos paradigmas tecnológicos, enquanto as funções de fomento promoverão a absorção das inovações tecnológicas. O diagrama permite também reorientar a atuação dos bancos oficiais, hoje já estruturados como conglomerados financeiros, no estímulo à formação de joint ventures (setores motores e intermediários) e, até mesmo, na abertura de capital de empresas privadas.

## DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DOS BANCOS OFICIAIS E DAS AGÊNCIAS REGULATÓRIAS

<i>NOVO PAPEL DOS BANCOS OFICIAIS E DAS AGÊNCIAS REGULATÓRIAS</i>	<i>SETORES</i>		
	<i>Motores e Estratégias nas Inovações Tecnológicas</i>	<i>Receptores de Inovações Tecnológicas</i>	<i>Difusores de Inovações Tecnológicas</i>
Estruturante (crédito de longo prazo e participações de risco)	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Aeroespacial</li> <li>&gt; Complexo Informática/micro eletrônica</li> <li>&gt; Biotecnologia</li> <li>&gt; Novos materiais</li> <li>&gt; Telecomunicações</li> <li>&gt; Mecânica de precisão</li> <li>&gt; Metas refratários</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Siderurgia</li> <li>&gt; Complexo Petrolífero</li> <li>&gt; Energia</li> <li>&gt; Química</li> <li>&gt; Petroquímica</li> <li>&gt; Bens de capital, máquinas, equip. agropecuários, materiais rodoviários e ferroviários e eletrônicos</li> </ul>
Fomento (financiamentos de médio e longo prazos)		<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Agricultura</li> <li>&gt; Pecuária</li> <li>&gt; Agroindústrias</li> <li>&gt; Mineração</li> <li>&gt; Bens de consumo corrente</li> <li>&gt; Bens duráveis</li> <li>&gt; Serviços públicos</li> <li>&gt; Ativ. Comerciais</li> </ul>	

### IV – AS AGÊNCIAS REGULATÓRIAS E NOVAS MISSÕES ESTRUTURANTES DO GOVERNO

É recente, porém tardia, a criação de Agências Regulatórias no Brasil.

A estruturação de agências deveria ter antecedido, e alcançado maturidade, antes da implementação do processo de privatização.

O equívoco exige, portanto, não apenas acelerar a montagem das agências, mas antes mesmo, e principalmente, rever suas atribuições levando-se em conta que também deverão cumprir missões estratégicas na promoção do desenvolvimento, tarefas que, anteriormente, foram exercidas pelas estatais estratégicas.

Algumas diretrizes operacionais devem ser sugeridas visando a orientar a atuação estruturante para as principais agências regulatórias em funcionamento e/ou em formatação.

Em outras palavras, a estruturação das agências regulatórias visando o exercício de missões antes realizadas pelas grandes empresas estatais, precisa ser debatida com profundidade, pragmatismo e transparência. Interesses privados devem ceder lugar aos objetivos nacionais e às necessidades coletivas. Aspectos estratégicos não podem ficar ausentes do debate sobre as questões do petróleo, das telecomunicações, da exploração do subsolo e do aproveitamento econômico da Amazônia.

Assim, no que se refere ao petróleo, devem ser salientadas, em primeiro lugar, as quatro principais tendências que caracterizam o setor no contexto internacional:

- a) mais de 70% das reservas estão concentradas em países do terceiro Mundo enquanto os principais consumidores detêm, em conjunto, menos de 15% das reservas mundiais, fato que os torna dependentes do petróleo existente fora de suas fronteiras;
- b) é acelerado o processo de concentração de capital a fim de obter ganhos de escala e manter níveis adequados de reservas disponíveis. Hoje, os negócios do petróleo se concentram em torno de dez empresas privadas multinacionais e dez estatais;
- c) é importante a participação de empresas estatais entre as trinta maiores empresas de petróleo do mundo, inclusive nos países industrializados, especialmente naqueles cujo mercado interno não oferece escala suficiente para a concorrência;
- d) são intensos os movimentos de verticalização e de integração das várias atividades que constituem um complexo petrolífero. Nenhuma grande empresa abre mão de controlar seus interesses em todos os segmentos envolvidos. O nível de verticalização é fundamental para um complexo petrolífero. Os recursos para investimentos em projetos estratégicos são gerados pela maior lucratividade em determinados segmentos do complexo, pelo valor adicionado em cada etapa de produção, pelas sinergias entre as atividades do setor e pelos intensos fluxos financeiros gerados na cadeia produtiva.

As quatro tendências, acima apontadas, levam a uma evidente conclusão: é ingênuo acreditar que a quebra do monopólio da Petrobrás resultará em maior concorrência, e é tendencioso deixar de apontar as novas missões para a Petrobrás nos próximos estágios de desenvolvimento.

A maturação dos investimentos da Petrobrás em infra-estrutura e em logística empresarial vêm possibilitando que a empresa obtenha rendimentos crescentes e custos decrescentes de escala e de escopo, de modo que ela possa selecionar projetos que oferecem excelentes perspectivas de rentabilidade econômica, financeira e tecnológica, que mantenha reservas estratégicas e desenvolva a mais avançada tecnologia de extração de petróleo em águas profundas. É compreensível, portanto, que a Petrobrás desperte o interesse das grandes multinacionais. Cabe a ANP – Agência Nacional de Petróleo – ter plena consciência de seu papel estratégico e estruturante e não apenas de simples órgão regulatório dos vários segmentos do complexo petrolífero.

No caso do setor de telecomunicações, objetivos estratégicos também recomendavam prudência na eliminação de barreiras à entrada, tanto de multinacionais quanto de empresas nacionais. O principal argumento geopolítico de defesa do monopólio estatal nessa área era a segurança nacional, enquanto os principais argumentos econômicos para considerar as telecomunicações como um caso típico de monopólio natural eram a dimensão do mercado (comparada com o tamanho mínimo necessário para viabilizar) e a missão do setor na estruturação do desenvolvimento tecnológico.

A velocidade das inovações microeletrônicas vem alterando substancialmente a conformação de barreiras à entrada no setor de telecomunicações com um todo. O processo produtivo passou a se resumir a atividades de montagem de componentes disponíveis no mercado institucional, reduzindo-se as exigências de verticalização da produção e as escalas mínimas das plantas. Além disso, a partir da década de 1980, a indústria internacional de telecomunicações experimentou um grande movimento de reestruturação caracterizado pelo aumento do dinamismo em toda a cadeia do complexo.

No que diz respeito à exploração racional da Amazônia e do subsolo brasileiro, é necessário chamar a atenção para a complexidade envolvida em questões estratégicas, não apenas no que se refere à soberania nacional, mas também em virtude da possibilidade de o Brasil obter vantagens comparativas no cenário mundial. Através da utilização de matérias-primas básicas para a confecção de componentes essenciais aos setores que lideram o novo paradigma tecnológico (baseado em microeletrônica, novos materiais e mecânica de precisão) e da viabilização de importantes biotecnologias,

particularmente para a indústria farmacêutica, o Brasil poderá acelerar sua entrada no clube dos países que participam da Terceira Revolução Tecnológica.

Nesse contexto, o instrumento da Golden-Share utilizado na privatização da Companhia Vale do Rio Doce pode e deve ser acionado. Nenhuma empresa brasileira conseguiu acumular informações e experiências na promoção do desenvolvimento regional como a CVRD. Sua penetração no mercado internacional e o sucesso que vem tendo em fazer parcerias para galgar níveis mais elevados no processo de beneficiamento de minérios e na exploração da Amazônia, inclusive de minérios nobres e de terras raras, devem ser plenamente utilizados.

Finalmente, no que tange ao caso da energia, o recente racionamento mostra que o modelo regulatório deve ser bastante modificado de modo a incentivar investimentos específicos capazes de evitar pontos de estrangulamento setoriais e regionais.

Logo, cresce de importância o papel das Agências Regulatórias, na medida em que as concessões predominantes nas áreas de infra-estrutura (energia, telecomunicações, portos, rodovias, ferrovias, hidrovias, saneamento básico, etc.) em um ritmo acelerado, promoveram a transferência de ativos nacionais para empresas estrangeiras *non-tradebles*, que não geram divisas com as exportações, e que preferem adquirir seus insumos através de importações. Além do estabelecimento de limites para remessas de juros, de dividendos e de lucros para o exterior, serão necessários outros mecanismos de controle das empresas sob concessões ou privatizadas visando, a estimular investimentos. Entre outros instrumentos, cabe ressaltar a criação de fundos de investimentos setoriais constituídos com parcelas de lucros obtidos pelas empresas privatizadas. A alocação de recursos deste fundos deverá, no entanto, objetivar não apenas fomentar a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, mas também, financiar investimentos em todas as atividades que compõem cada cadeia produtiva setorial.

Em outras palavras: deve ser responsabilidade das agências reguladoras o fortalecimento e a capitalização das empresas nacionais. As empresas decidem suas estratégias tendo em conta os preços relativos e o ambiente macroeconômico. Mas são também condicionadas pelos marcos regulatórios e por suas próprias conjecturas acerca do futuro: delas mesmas e do país. O marco regulatório e as perspectivas de médio e longo prazos, obviamente, oferecem aos governos e às agências, oportunidades para influenciar as opções privadas, sobretudo aquelas de natureza estratégica.

As crises dos setores elétrico (apagões), rodoviário e ferroviário, e recentemente também nas telecomunicações, bastam para mostrar a visão parcial e equivocada das funções regulatórias no Brasil. As agências, antes mesmo de alcançarem as necessárias maturidade e consolidação, já dão sinais de captura pelas empresas reguladas.

## **V – INDICADORES DE DESEMPENHO E UMA AGENDA PRELIMINAR DE TEMAS ESTRATÉGICOS PARA A ECONOMIA MINEIRA**

Minas Gerais, assim como qualquer unidade sub-nacional do Brasil, não tem quaisquer graus de liberdade para influenciar na elaboração e na implementação de políticas macroeconômicas (monetária, creditícia, cambial, tributária, etc.). Por outro lado, na ausência de políticas nacionais para o desenvolvimento regional e de políticas industrial, tecnológica e de comércio-exterior, observa-se verdadeira disputa por dotações orçamentárias do governo federal, além de predatória guerra fiscal entre as unidades da federação para atrair investimentos privados.

Nada impede, no entanto, que Minas defina suas prioridades e estratégias visando a orientar seu desenvolvimento com redução das desigualdades sociais e sub-regionais.

A matriz interregional de insumo-produto de Minas Gerais com o resto do Brasil, recentemente elaborada pelo BDMG-FIPE (USP) revela, entre outros aspectos relevantes, que apenas dois setores (metalúrgico e siderúrgico) entre 42 setores que compõem a matriz, continuam como setores-chaves capazes de dinamizar a estrutura produtiva do Estado. Cabe lembrar que estudos anteriores revelaram que mais dois setores (têxtil, químico) poderiam também ser considerados como chaves. É possível, portanto, que o esforço realizado pelos órgãos de fomento de Minas Gerais (BDMG, INDI, IMA, etc.) para diversificar e fortalecer a estrutura produtiva do Estado, não tenha obtido os resultados esperados. No que se refere às transações comerciais, seja com o resto do Brasil, seja com outros países, a matriz deixa clara a fragilidade da estrutura produtiva de Minas Gerais: exporta commodities intensivas em produtos primários, minerais e intermediários de baixo-valor adicionado e altamente vulneráveis à oscilação de preços internacionais, e adquire, foro do estado, bens e serviços de maior conteúdo tecnológico.

Em que pese ainda ser o 3º PIB e de ter a segunda maior população do Brasil, mesmo depois de intensos fluxos migratórios que registraram perda de população nas últimas décadas, Minas Gerais apresenta indicadores sociais, econômicos e de infra-estrutura bastante negativos em comparação com os estados do Sul, do Sudeste e até mesmo, do Centro-Oeste do Brasil. (ver listagem de indicadores).

Logo, é necessário e urgente, que Minas Gerais recupere sua capacidade de gestão, ausente desde o governo de Tancredo Neves, de modo a desenvolver, entre outros temas: a recuperação e modernização de seu aparato político-institucional, em particular o sistema de financiamento e de atração de investimentos, o adensamento e o enobrecimento de suas principais cadeias produtivas, a recuperação de setores-chaves, tais como a mineração, o químico, os complexos têxtil e de laticínios, a expansão e a melhoria de infra-estrutura através de implantação de plataformas logísticas capazes de gerar externalidades e aumentar a competitividade de Minas Gerais, em particular da RMBH e de suas regiões limítrofes (Zona da Mata, Sul, Triângulo, Noroeste, Jequitinhonha, Vale do Aço); assim como a exploração de vantagens comparativas nas áreas de biotecnologia, de novos materiais, de telecomunicações e de eletro-eletrônica.

A efetiva e eficaz implementação de estratégias envolverá, com certeza, profundas mudanças no aparato institucional e de gestão de Minas Gerais, o que foge ao escopo deste trabalho. Todavia, a nível de provocação, tomo a liberdade de sugerir proposições preliminares que considero imprescindíveis no debate sobre o financiamento de programas estratégicos para Minas Gerais: a transformação do BDMG em um conglomerado financeiro e a criação de um fundo de investimento capaz de mobilizar e excedentes financeiros gerados em Minas Gerais, e que tem sido transferidos para fora do estado através do sistema bancário e das fundações de previdência complementar nacionais que operam em Minas Gerais.

A atual do “Sistema Financeiro Mineiro” revela que o estado não tem um setor bancário significativo de âmbito nacional, e que o mercado financeiro de Minas Gerais é explorado pelos grandes “conglomerados financeiros” ou verdadeiros “bancos universais contemporâneos” nacionais, estatais e privados, que se caracterizam por uma atuação altamente diversificada (verdadeiros supermercados financeiros). Estes conglomerados estão presentes tanto no mercado de crédito como bancos comerciais,

quanto nos mercados não-monetários através de seguradoras, financeiras, empresas de previdência complementar e de planos de saúde, etc.

É neste sentido que surge a proposta do governo de São Paulo, já aprovada pela Assembléia Legislativa daquele Estado e com sinal verde do BACEN: “transformar a Nossa Caixa/Nosso Banco em um conglomerado financeiro à semelhança do hoje conglomerado do BB - Banco do Brasil”, o qual montou novas instituições (BRASILPREV, BRASILCAP, BRASILSEG, etc.) em parceria com o setor privado.

Ao privatizar o BEMGE e o CREDIREAL, o governo de Minas Gerais perdeu a grande oportunidade de ser pioneiro na adoção do modelo. BB, e agora da Nossa Caixa/Nosso Banco de São Paulo.

Tendo em conta que Minas contribui com cerca de 14% na captação média de recursos da rede bancária e dos fundos de aposentadoria complementar nacionais que atuam no estado, e somente participa com aproximadamente 4% de participação média na aplicação de recursos daquelas instituições, torna-se necessário enorme esforço institucional para mobilizar a poupança gerada em Minas para o financiamento de projetos de interesse do estado.

Nesta direção, acreditamos ser possível, e mais do que necessário, a montagem de um conglomerado financeiro mineiro, o qual, inclusive, poderá se diferenciar dos demais.

Cabe sugerir, em termos preliminares, que o BDMG, que já se transformou em S/A – Sociedade anônima - estabeleça uma possível parceria com a MGI, que se transformaria no Banco de Investimentos do novo conglomerado. Posteriormente negociaria com fundos de pensão de Minas Gerais, e também com os maiores do Brasil, bem como com outros investidores institucionais, a criação de subsidiárias para atuar em todos os segmentos do mercado financeiro. Este novo conglomerado, com certeza, diferenciaria-se dos demais conglomerados ao ser liberado pelo BDMG ao priorizar atividades de fomento, reunindo, assim, plenas condições para ser instrumento estratégico de captação de recursos e de canalização de poupança mineira para financiar investimentos e para estruturar a capitalização de empresas de Minas Gerais.

No BDMG poderá ainda contar com um Fundo de Investimento a ser constituído com ativos das Fundações de Previdência Complementar, da MGI e de grandes empresas de Minas Gerais.



O Fundo poderá ser constituído, por exemplo, com 30% de ativos financeiros e 70% de ativos desonerados (ações, imóveis, recebíveis de longo prazo, etc.), tendo como principais acionistas: a MGI, como sócio minoritário, grandes empresas de Minas Gerais, investidores institucionais, tais como, os fundos de pensão, o FUNDES - fundo de desenvolvimento de Minas Gerais; o BNDESPAR; o BANCO DO BRASIL; o ITAÚ; o IFC (BIRD); o IIC (BID); e os Fundos de Pensão de âmbito nacional, tais como: a PREVI, a FUNCEF, a VALIA, a PETROS, a SISTEL, entre outros.

Esses ativos integralizariam o capital do Fundo no valor de aproximadamente R\$2,0 bilhões.

Além de participar no aporte direto do capital do Fundo com ativos em ações (da MGI – Minas Gerais Investimentos, da CEMIG, da COPASA, etc.) e parcela de recursos do Fundo de Desenvolvimento, o Governo do Estado de Minas Gerais terá um papel de extrema relevância na mobilização, promoção, articulação de potenciais quotistas e no envolvimento de organismos internacionais, de grupos empresariais importantes e de Fundos de Pensão.

Finalmente, é importante ressaltar que o Fundo poderá, também, aplicar recursos em empresas fechadas e em SPes - Sociedades Anônimas para Propósitos Específicos - tais como os projetos de Investimentos previstos pela CEMIG.

## ANEXO – INDICADORES DE DESEMPENHO DE MINAS GERAIS

### POSIÇÃO DE MINAS GERAIS NO BRASIL

- 3º PIB (1998 = 9,76% do PIB brasileiro a preços básicos)
- 9º PIB per capita (1998 = 92,3% do PIB per capita brasileiro)
- 3º PIB da indústria de transformação (1998 = 9,2% do PIB da Indústria de Transformação do Brasil)
- 2º PIB da Construção Civil (1998 = 13,1% do PIB da Construção Civil do Brasil)
- 2º PIB da Indústria Extrativa Mineral (1998 = 18% do PIB da Indústria Extrativa Mineral do Brasil)
- 3º PIB agropecuário (1998 = 11,3% do PIB da Agropecuária do Brasil)
- 10º na taxa de mortalidade infantil (1999)
- 10º na taxa de analfabetismo funcional (1999) (entre 20 estados, excluída região norte)
- 8º na taxa de analfabetismo urbano (1999)
- 11º na taxa de analfabetismo rural (1999) (entre 20 estados, excluída região norte)
- 12º na taxa de analfabetismo funcional rural (1999) (entre 20 estados, excluída região Norte)
- 7º quanto ao % de crianças (7-14 anos) fora da escola (entre 20 estados, excluída região Norte)
- 11º quanto à média de anos de estudo da população de 20 a 24 anos (entre 20 estados, excluída região Norte)
- 5º quanto ao esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica) (entre 20 estados, excluída região Norte)
- 12º quanto à coleta de lixo adequada (coleta direta) (entre 20 estados, excluída região Norte)
- 3º quanto ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados.
- 11º quanto ao % de famílias e de pessoas (com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo) (entre 20 estados, excluída região Norte)
- 8º IDH (1997) e 9º ICV (1997)
- Malha rodoviária (rodovias, ferrovias, hidrovias) em precárias condições. As estradas federais que cruzam Minas Gerais vem batendo sucessivos recordes de acidentes com vítimas.